




Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. TST afasta obrigatoriedade de pagamento de benefício social paga por empregador ao sindicato


 O colegiado entendeu que a cláusula prevista em convenção coletiva se tratava de uma contribuição patronal compulsória, na medida em que gerava receita proveniente dos empregadores em favor do sindicato laboral.


 **Relevância:** Necessária especial atenção nas redações das cláusulas dos instrumentos coletivos a fim de não terem sua finalidade questionadas judicialmente.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/sindicato-nao-podera-mais-receber-contribuicao-social-paga-por-empresa>


2. Empregador perde recurso ao questionar parcialidade de testemunha por mover ação idêntica.


 O Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou válido o depoimento de empregado que também foi vítima de assédio por parte da mesma gestora, em ação movida por um colega.

 **Relevância:** A decisão reforça a legitimidade da prova testemunhal em casos de assédio e aplicação da Súmula 357 do TST. O Tribunal reafirma que o simples fato de a testemunha possuir ação contra o mesmo empregador, ainda que idêntica no objeto e com troca de depoimentos, não a torna suspeita.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empregado-que-sofreu-assedio-da-mesma-gerente-pode-testemunhar-em-acao-de-colega>

3. Dispensa durante tratamento psiquiátrico gera condenação

 TST mantém condenação por dispensa de empregada em tratamento psiquiátrico.

 **Relevância:** Mesmo sem enquadramento como “doença grave que suscite estigma ou preconceito”, como define a Súmula 443 do TST, não havendo provas de que a



SINDICATOS
RURAIS


Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

 @faespsemarp |  @faesp_senarp |  (11) 94710.8788


dispensa se deu por questões técnicas e organizacionais, a dispensa de uma pessoa inapta para o trabalho por estar doente pode ser caracterizada como abuso do direito potestativo do empregador.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/seguradora-e-condenada-por-dispensar-superintendente-durante-tratamento-psiquiatrico>


4. Sócios retirantes responderão por dívidas anteriores à saída

 O TST determinou a responsabilidade de ex-sócios por dívidas trabalhistas reconhecidas antes de sua retirada, reformando a decisão regional que havia afastado a responsabilidade ao considerar a data da execução individual como marco para o prazo de prescrição.

♦ **Relevância:** O colegiado aplicou o Art. 1.032 do Código Civil, entendendo que o prazo de dois anos para responsabilizar os sócios retirantes deve ser contado a partir da data em que deixaram formalmente a sociedade, e não da data de início da execução individual.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/socios-retirantes-responderao-por-dividas-reconhecidas-antes-de-sua-saida-da-empresa>


5. Doméstica terá direito a horas extras por falta de controle de jornada

 O TST reconheceu direito a horas extras para empregada doméstica sem controle formal de jornada.

♦ **Relevância:** O tribunal regional manteve a sentença por entender que, por se tratar de emprego doméstico, não haveria obrigatoriedade de controle de jornada, e negou o pedido de pagamento de horas extras. Contudo, o TST, com base na Lei Complementar 150/2015 (Lei das Empregadas Domésticas), firmou que o registro do horário passou a ser obrigatório, independentemente do número de empregados.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empregada-domestica-tera-direito-a-horas-extras-por-falta-de-controle-de-jornada>

6. Laudo pericial prevalece sobre fotos de redes sociais

 Empregador contestou a existência de doença ocupacional psíquica com base em publicações da ex-funcionária em redes sociais que "provariam o bem-estar". O TRT-2ª Região, porém, afirmou que o laudo técnico prevalece sobre postagens, *"uma vez que tais plataformas são notoriamente utilizadas para a exposição de momentos positivos, filtrados e selecionados"*.

✦ **Relevância:** Reforça a importância da prova técnica especializada em detrimento de elementos informais que não anulam o diagnóstico pericial.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/laudo-pericial-prevalece-sobre-fotos-em-redes-sociais-em-caracterizacao-de-doenca-ocupacional-psiquica>

7. Validade de alteração de função após PAD

📄 A 6ª Câmara do TRT-15 rejeitou pedido de nulidade de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e reconheceu a legalidade da alteração de função aplicada como penalidade pelo empregador.

✦ **Relevância:** A decisão reforça que, desde que observadas as garantias processuais (ampla defesa e contraditório) no PAD, o empregador pode aplicar penalidades de alteração funcional. O entendimento consolida que o poder disciplinar do empregador, quando exercido com razoabilidade e devido processo, legitima a sanção aplicada, afastando a alegação de nulidade.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/6a-camara-rejeita-pedido-de-nulidade-de-pad-e-reconhece-validade-da-alteracao-de>


8. Exposição a agentes nocivos garante indenização e adicional de insalubridade


📄 A 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) manteve, por unanimidade, a condenação de uma empresa do setor rural ao pagamento de adicional de insalubridade e indenização por danos morais a trabalhador exposto a agentes químicos nocivos sem a devida proteção.

✦ **Relevância:** A decisão define que o simples fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não exime o empregador de sua responsabilidade. É necessário comprovar o uso adequado, oferecer treinamento e fiscalizar as condições de trabalho, sob pena de condenação não apenas ao adicional de insalubridade, mas também a indenizações por danos morais.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/justica-do-trabalho-garante-direitos-em-caso-de-exposicao-agentes-nocivos>


9. Reafirmação da regra sobre custeio de honorários periciais em ações civis públicas ambientais


 O TRF-3 decidiu que o Ministério Público não precisa adiantar honorários periciais em ações civis públicas ambientais, cabendo à Fazenda Pública vinculada arcar com os custos, reforçando a proteção do meio ambiente sem onerar os réus.

 **Relevância:** A decisão fortalece a atuação do Ministério Público na proteção do meio ambiente, assegurando a realização de perícias técnicas sem que isso represente custo para os réus ou inviabilize as ações. Além disso, delimita de forma clara a responsabilidade da Fazenda Pública pelo custeio dessas despesas, evitando insegurança jurídica nos processos ambientais.

 [0001949-20.2008.4.03.6124](https://trf3.jus.br/proc/0001949-20.2008.4.03.6124)


10. TJ-SP reafirma responsabilidade objetiva de município por danos ambientais


 O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a responsabilidade civil objetiva do Município de Caraguatatuba por degradação ambiental em área de preservação permanente. O município foi condenado solidariamente a cessar a atividade degradadora e reparar os danos, devido à omissão na fiscalização, independentemente de dolo ou culpa.

 **Relevância:** A decisão reforça que a responsabilidade por danos ambientais é objetiva e solidária, destacando a obrigação dos entes públicos em fiscalizar atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente. Omissões na fiscalização podem resultar em responsabilização direta, fortalecendo a proteção de áreas de preservação permanente.

 [1000057-11.2023.8.26.0126](https://tjsp.jus.br/proc/1000057-11.2023.8.26.0126)


11. Condenação por transporte ilegal de agrotóxicos.


 O TRF-3 confirmou a condenação de dois réus por transportar agrotóxicos ilegais, com dolo comprovado. Foram aplicadas penas de reclusão e dias-multa, concedida a justiça gratuita e afastada a inabilitação para dirigir veículos.

 **Relevância:** A decisão reforça a aplicação da Lei n. 7.802/89 na repressão ao transporte ilegal de defensivos agrícolas.

 [5000575-94.2020.4.03.6112](#)


12. TRF3 anula multa ambiental do IBAMA em caso de renovação de licença não analisada por órgãos estaduais


 A 3ª Turma do TRF3 manteve sentença que anulou auto de infração, embargo e multa aplicados pelo IBAMA contra empresa de extração de areia no Rio Paranapanema. O Tribunal reconheceu que, embora o IBAMA tenha competência fiscalizatória, as licenças estaduais estavam automaticamente prorrogadas por falta de decisão dos órgãos ambientais, tornando a autuação ilegal.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a proteção dos produtores contra penalidades decorrentes de demora administrativa na renovação de licenças, evitando prejuízos em atividades extrativistas e produtivas dependentes de regularização ambiental.

 [5026763-34.2018.4.03.6100](#)


13. STF mantém validade de TAC ambiental firmado sob antigo Código Florestal

 O STF, por maioria, negou provimento a agravo interno em reclamação que buscava afastar a execução de TAC firmado sob o antigo Código Florestal. A Corte entendeu que o título constitui ato jurídico perfeito e que não há aderência entre o caso concreto e as decisões nas ADIs e ADC sobre o novo Código Florestal.

 **RELEVÂNCIA:** O julgamento reforça que compromissos ambientais assumidos sob a legislação anterior permanecem válidos e exigíveis, mesmo após a entrada em vigor do novo Código Florestal. Isso impacta produtores rurais que firmaram TACs antes de 2012

 [AG.REG. NA RECLAMAÇÃO Rcl 79347](#)


14. TRF3 confirma exclusão de ITR em área de parque estadual sem necessidade de ADA

 O TRF3 manteve sentença que anulou lançamento de ITR sobre imóvel inserido no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, reconhecendo que áreas declaradas de interesse ecológico por ato do poder público estão materialmente excluídas da tributação. A Corte considerou desnecessária a apresentação do Ato Declaratório Ambiental-ADA nesses casos.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que áreas inseridas em unidades de conservação ou declaradas de interesse ecológico não compõem a base de cálculo do ITR, mesmo sem ADA, assegurando segurança jurídica aos produtores rurais com imóveis afetados por restrições legais ao uso econômico.

 [5002081-78.2019.4.03.6100](https://www.trf3.jus.br/proc/5002081-78.2019.4.03.6100)

15. STF suspende exigências estaduais para criação de unidades de conservação

 O ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu trechos da Constituição de Mato Grosso que exigiam critérios como disponibilidade orçamentária e percentual de regularização fundiária para criação de unidades de conservação ambiental em propriedades privadas, reconhecendo possível invasão da competência da União e risco de prejuízo ambiental.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a aplicação uniforme das normas federais para criação de áreas protegidas em terras privadas, limitando restrições excessivas vindas de constituições estaduais, de forma a reduzir riscos de legislações locais que onerem o setor produtivo.

 <https://www.conjur.com.br/2025-set-23/stf-afasta-requisitos-para-novas-unidades-de-preservacao-ambiental-em-mt/>



SINDICATOS
RURAIS

16. Produtor rural obtém suspensão de dívida por queda de preços e condições climáticas

📄 Uma produtora rural do RS obteve decisão judicial que suspende a cobrança de débito de crédito rural, bem como impede sua inscrição em cadastros de inadimplentes, até se julgar o mérito do caso. A autora alegou ter pedido administrativamente o alongamento da dívida por 12 anos, em razão de queda nos preços e prejuízos climáticos, argumentos que foram considerados plausíveis pela juíza, entendimento com base na Súmula 298 do STJ, que reconhece o direito ao alongamento compulsório da dívida agrária.

📌 **RELEVÂNCIA:** Destaca o reconhecimento do direito ao alongamento de dívida rural em momentos de crise.

🔗 <https://www.migalhas.com.br/quentes/440660/por-baixa-de-precos-e-clima-produtor-obtem-suspensao-de-divida-rural>

17. STJ confirma responsabilidade de Município pela restauração de bem tombado

📄 A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve decisão que obriga o Município de Araçatuba/SP a restaurar imóvel tombado municipalmente (e também pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo-Condephaat), que estava abandonado. Embora o Estado também participe da tutela do patrimônio, o STJ decidiu que a execução da restauração incumbe primariamente ao proprietário (Município), não sendo necessário incluir o Estado em litisconsórcio passivo. O STJ também afirmou que o início das obras não torna o processo extinto, pois é preciso garantir o cumprimento completo da obrigação.

📌 **RELEVÂNCIA:** Demonstra como obrigações legais de preservação de patrimônio afetam entes públicos proprietários, inclusive em áreas rurais ou infraestruturais, onde pode haver construções antigas tombadas

🔗 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/19092025-Segunda-Turma-mantem-municipio-de-Aracatuba--SP--como-responsavel-por-restauracao-de-bem-tombado.aspx>